

1. Introdução

Este artigo discute a chamada questão do método em Marx. O debate em torno das questões metodológicas na tradição marxista baseia-se em grande parte no famoso texto intitulado “O Método da Economia Política”, que aparece na “Introdução” dos *Grundrisse*. (Marx, 2011a) Embora inacabada e não publicada pelo autor, constitui a única obra em que Marx trata de modo explícito as questões relativas ao método. É natural, portanto, que ela seja referência obrigatória nas disputas teóricas sobre o método de Marx.

Como o artigo consiste em uma contribuição crítica no *interior* da tradição marxista, vale advertir, e não apenas por cortesia protocolar, que outras dimensões da obra dos autores aqui mencionados não estão em questão: os comentários críticos concentram-se unicamente nas interpretações do “Método...”. Cumpre inclusive reconhecer o valor de suas obras na divulgação do texto marxiano, além de servirem para ampliar e enriquecer importantes aspectos que dele se desdobram.

A crítica desenvolvida no artigo procura mostrar, em primeiro lugar, que é um grave equívoco sugerir que Marx estabelece ali as linhas gerais do *seu* método; em segundo, e mais relevante, que, com exceção de Lukács¹, as interpretações mais influentes não conseguem dar conta da orientação ontológica do texto marxiano, justamente a dimensão fundamental de sua crítica. Com esse propósito, o artigo inicia transcrevendo as passagens da obra de Marx de maior interesse para a discussão. Em seguida, comenta o seu exame elaborado por alguns autores para ilustrar os elementos mais característicos do que se pode considerar a sua interpretação padrão. Por último, sustenta que Marx descreve ali os procedimentos da ciência em geral e não do *seu* método, razão pela qual se pode inferir que a resolução da questão não é propriamente de método, gnosiológica ou epistemológica, mas sim ontológica.

2. O Método de Marx?

Não há elaborar a crítica sem citar a extensa passagem inicial do “Método da Economia Política” que sintetiza as ideias de Marx. Para facilitar a exposição e discussão, optou-se por destacar em itálico as passagens do texto mais comentadas na literatura:

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, p. ex., as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. A primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas

¹ Ver Lukács (2012), capítulo IV, seção 2, para a análise detalhada do tema elaborada pelo autor.

^(*) Professor Visitante da Universidade Federal Fluminense. As citações de trabalhos em outros idiomas são por mim traduzidas.

sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (Marx, 2011a:54. Grifos nossos)

Como será ilustrado a seguir, em geral esses dois primeiros parágrafos têm sido utilizados para assegurar ou sugerir que Marx considera *seu* o segundo método – a viagem de retorno –, o método cientificamente correto. Callinicos (2004:74), por exemplo, logo após haver citado a passagem conclui que

esse, portanto, é o método de análise de Marx... [então] nós vamos primeiro do concreto ao abstrato, decompondo o concreto em suas “determinações mais simples” e, depois, do abstrato ao concreto, usando aquelas determinações para reconstruir o todo. Veremos esse método em operação quando Marx analisa a sociedade capitalista em *O Capital*.

Carchedi parece defender interpretação idêntica. Citando a passagem de Marx de que seria necessário “dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”, ele sublinha que

[isso] é o que Marx denomina “concreto no pensamento”. A fase de remontagem é a dedução dialética, o desdobramento (reconstrução no pensamento) de noções da realidade mais e mais concretas, detalhadas e articuladas derivadas de seu estado potencial. Cada etapa no desdobramento é uma conclusão (temporária), mas também a premissa para o próximo passo na cadeia de deduções. (Carchedi, 2011:46)

O autor descreve o processo do conhecimento exposto por Marx em termos de indução e dedução dialéticos, distintos de seus equivalentes na lógica formal. Não é o caso de discutir aqui essa proposta de Carchedi, mas se diz que “o ponto de partida da indução de Marx é de fato a realidade empírica” (ibid.), fica claro que para ele Marx de fato fala de *seu* próprio método.

Foley decerto partilha interpretação semelhante quando, ao assegurar que o “duplo movimento é disseminado nos escritos de Marx”, julga que *O Capital* pode ser visto como

um movimento para reconstruir no pensamento a totalidade complexa das relações sociais capitalistas iniciando a partir das abstrações mais simples – mercadoria, valor, dinheiro – e, finalmente, chegar às formas mais complexas e distorcidas, por exemplo, o mercado de capitais e crise. (Foley, 1986:4)

Basu, em *working paper* do Departamento de Economia da Universidade de Massachusetts (Amherst), famoso por sua tradição marxista, está convencido de que dos *Grundrisse* até a redação de *O Capital* Marx pôs em prática a *sua* compreensão do “método correto da economia política”, que teria sido mostrado de maneira detalhada na “Introdução”. Segundo o autor, Marx explica que “ascender do abstrato ao concreto é o único caminho científico para entender uma realidade concreta como a sociedade capitalista”. Tal movimento termina

com uma síntese estruturada de determinações, que é a maneira como Marx visualizou a reprodução no pensamento da realidade concreta que ele estava analisando. (Basu, 2017:6)

Em sua análise do “Método da Economia Política”, Netto observa que “o método de Marx” não é o produto de súbito e genial *insight*, mas de longo processo de investigação. Em sua opinião, na

“Introdução”, após 15 anos de estudos, estão formulados “com precisão os elementos centrais” do método de Marx. Ainda segundo ele, as poucas páginas da obra apresentam sintetizadas “as bases do método que viabilizou a análise contida n’O capital e a fundação da teoria social de Marx.” (Netto, 2011:19)

O autor recorda que, no processo de conhecimento, de elaboração teórica ou de apropriação teórica do objeto proposto por Marx

começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. (ibid., 42)

E complementa, apoiado no texto marxiano, que este foi o *método* adotado pela Economia em sua gênese. Todavia, na sequência de sua análise, Netto despreza um elemento crucial do argumento de Marx. De fato, segundo ele, para Marx o “procedimento analítico foi necessário para a emergência da economia política”, porém não é suficiente para “reproduzir idealmente (teoricamente) o ‘real’ e o ‘concreto’”. De posse das determinações mais simples, como recomenda Marx, seria necessário fazer a viagem de volta e chegar à população, não mais como representação caótica da totalidade, mas “como uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. É esta “viagem de volta”, conclui ele, que Marx caracteriza como “o método adequado para a elaboração teórica.” E arremata com a afirmação de Marx: “O último método é manifestamente o método cientificamente exato.” (ibid.:43)

Não é possível afirmar que, para Netto, Marx refere-se ao *seu* método ao mencionar a viagem de volta como o método cientificamente exato. Todavia, a forma como apresenta e comenta as passagens do texto marxiano sem dúvida induz o leitor a essa conclusão. De fato, apesar de ter alertado que “não lhe [ao leitor] oferecemos, em nome de Marx, um conjunto de regras para orientar a pesquisa” (ibid.:51-2), ele fecha assim a análise:

O conhecimento teórico é [...] para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. [...] o concreto a que chega o pensamento pelo método que Marx considera “cientificamente exato” (o “concreto pensado”) é um produto do pensamento que realiza “a viagem de modo inverso”. Marx não hesita em qualificar este método como aquele “que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, “único modo” pelo qual “o cérebro pensante” “se apropria do mundo”. (ibid.:44/5)

A conclusão equivocada que se pode depreender de sua análise resulta, a nosso ver, de sua omissão da passagem, essencial do texto comentado, em que Marx afirma que os “*sistemas econômicos* se elevaram do simples, como divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial”. (Marx, 2011a:54. Grifos nossos) Por sistemas econômicos, claro, Marx quer dizer teorias econômicas, que, portanto, fizeram a “viagem de retorno”. Ora, se para ele a ciência econômica fez a “viagem inversa”, Marx não poderia considerar exclusivamente *seu* esse “método cientificamente correto”.

Quartim de Moraes² também analisa em detalhe o “Método da Economia Política” e, ao contrário dos autores analisados acima, não parece considerar que Marx expõe ali aquilo que seria o *seu* método. Entretanto, apesar das interessantes contribuições que apresenta para o esclarecimento das posições de Marx, a meu ver a sua análise mostra-se inconclusiva.

A sua exposição começa destacando o caráter aparentemente paradoxal da afirmação inicial de Marx de que o ponto de partida correto é o real e o concreto, o pressuposto efetivo, para em seguida sustentar que, sendo mais rigoroso, isso se mostra falso. Em lugar de paradoxal, diria que tal

² Sem a devida permissão do autor, daqui em diante usaremos somente Quartim nas referências, pois é como o teórico marxista é amplamente conhecido.

ambiguidade poderia ser vista como expediente retórico para despertar a atenção do leitor, tirando partido da perplexidade provocada por tal ambiguidade. Quartim interpreta de outra forma, notando, é claro, que não é bem isso o que Marx pretende sustentar. Reafirma, com Marx, que embora a população seja “o fundamento e o sujeito do ato social de produção”, ela é uma abstração se ignora suas determinações e, portanto, alcanço somente uma “representação caótica do todo”. Com relação ao fato de que, no texto marxiano, “*representação* venha associada ao caos... e assimilada a uma abstração”, Quartim enfatiza algo importante para compreender o argumento de Marx, e que em geral não é realçado:

Todo substantivo comum é um universal e... o resultado necessariamente abstrato de uma generalização operada na e pela prática da comunicação social. Transpostos da linguagem corrente para o discurso teórico, os substantivos... mantêm um núcleo semântico básico sobre o qual incide o esforço do conhecimento científico. Tanto na economia política como na biologia, por *população* se entende uma coletividade composta de indivíduos vivendo numa área determinada. É evidente que neste nível de generalidade, a noção não designa um conhecimento, mas um objeto a ser conhecido, o qual, sem embargo, é suscetível de ser progressivamente determinado com precisão. (Quartim, 2017:44)

Na verdade, ao falar de “representação caótica do todo”, Marx refere-se à forma mais imediata de consideração de um país do ponto de vista político-econômico, ou seja, com “sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.” Por conseguinte, ao contrário do que se depreende do texto de Quartim, nesse caso a população não é apenas um universal abstrato como qualquer substantivo comum, uma vez que é especificada com aquelas determinações. Ademais, é importante frisar que, apesar de abstrata, trata-se ainda assim de um tipo de conhecimento, uma representação que, por mais caótica que seja, consiste em uma inteligibilidade – pré-teórica, pré-científica – do mundo, pressuposto da prática social dos sujeitos. Paradoxalmente, Quartim parece concordar com isso, pois ao fazer uma crítica à interpretação de Althusser do texto marxiano – que aqui não vem ao caso –, reclama que:

[Althusser] também deveria explicar que antes de servir como matéria prima da produção teórica, as intuições e representações constituem o acervo léxico de cada idioma, que resulta da prática social. [...] Elas cristalizam o pensamento social acumulado em cada momento histórico e proporcionam ao conhecimento o acervo de ideias que constituem os materiais sobre os quais opera o trabalho da teoria. (Quartim, 2015:79/80)

Apesar de esclarecedora, creio que a passagem merece reparo, pois, tal como Marx sugere na passagem em questão, mas também em outros momentos,³ parece ser mais adequado inverter a proposição de Quartim e afirmar que as intuições e representações constituem o acervo de figurações do mundo, pressuposto necessário da prática social e, nessa condição, são de fato o material a partir do qual se constroem as teorias. Essa inversão não só é mais correta cronológica e conceitualmente, pois o acervo léxico não existe apartado e “antes” da apreensão conceitual da realidade,⁴ mas também explicita uma obviedade, a saber, que a realidade social, sendo produto da prática intencional dos sujeitos, sempre tem de ser figurada, concebida por eles de alguma forma.

Em uma formulação alternativa da mesma ideia, do truísmo de que qualquer atividade humana tem por pressuposto necessário a existência de estruturas sociais, Bhaskar conclui que a sociedade proporciona meios, regras e recursos para tudo o que fazemos. Significa dizer, a sociedade com suas

³ Cf. abaixo a passagem em que ele critica a economia vulgar no capítulo Fórmula Trinitária.

⁴ Como defende Lukács: “Já vimos como o pôr teleológico conscientemente realizado provoca um distanciamento no espelhamento da realidade e como, com esse distanciamento, nasce a relação sujeito-objeto no sentido próprio do termo. Estes dois momentos implicam simultaneamente o surgimento da compreensão conceptual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem. ... Com efeito, palavra e conceito, linguagem e pensamento conceptual são elementos vinculados do complexo que se chama ser social, o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com a análise ontológica dele e reconhecendo as funções reais que eles exercem dentro deste complexo. (Lukács, 2013: 84-5)

estruturas é condição necessária para qualquer atividade teleológica. Disso se infere que nós não criamos a sociedade, que sempre preexiste a nossas ações. O que fazemos com nossa prática é reproduzir e/ou transformar as estruturas sociais – materiais e espirituais – que são condição de nossa prática cotidiana. Nas palavras do autor: “[o] mundo social é reproduzido ou transformado na vida cotidiana”. E se a prática intencional atua sobre estruturas preexistentes, reproduzindo-as ou transformando-as, segue-se que algum tipo de conhecimento das estruturas é condição da prática. (Bhaskar, 1989:3-4) Dito de outra forma, pode-se concluir que nossas apreensões da realidade não são o resultado do que “captamos na percepção sensorial, mas são resultados das teorias [e/ou representações – MD] em termos das quais nossa apreensão das coisas é organizada.” (ibid.:60/1)

Nesse sentido, pode-se afirmar que Marx, ao dizer que sempre se inicia pela população, refere-se não a um mero substantivo, mas a uma representação da população que, na ausência de uma ciência econômica, era condição necessária para os agentes na vida econômica real. Não há dúvida de que é isso que Marx tem em mente quando nota que

...se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples.

...[a] primeira via [o caminho de ida – MD] foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. (Marx, 2011a:54)

A Economia, portanto, em sua fase de formação, inicia com a representação da população dos agentes reais da produção social. Quartim é mais enfático ao sublinhar que para os economistas do século XVII “não havia outro modo... de avançar na análise econômica”, de forma que Marx não teria razão para qualificar de falso tal caminho. (Quartim, 2017: 45) Coisa que Marx, para ele, tacitamente admite na sequência do argumento:

Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (Marx, 2011a:54)

Interpretado de maneira correta, o argumento de Marx pode ser assim descrito: os responsáveis pela gênese da Economia não tinham por onde começar a não ser pela(s) representação(ções) corrente(s) dos agentes reais da produção social. Posto que a realidade social é sempre representada,⁵ partiram dessas representações para, por meio da análise, descobrir “algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc.” O conhecimento assim adquirido, infere-se do texto de Marx, retorna à prática e a torna mais eficaz, pois agora os sujeitos atuam conhecendo algumas estruturas e legalidades.

⁵ Como observa Lukács (2011:304), “[a] totalidade na natureza pode ser apenas inferida de muitas maneiras, por mais rigoroso que seja o raciocínio; no campo social, ao contrário, a totalidade sempre está dada de modo imediato.” É sobre essa totalidade sempre imediatamente dada que agem os sujeitos que, portanto, sempre têm de figurá-la de alguma forma. Sobre esse tema, cf. também Duayer (*Margem Esquerda*, n. 24, junho de 2015, pp. 87-110. *Margem Esquerda*, 8, 2006, pp. 109-130.

Com relação à dupla viagem – de ida e de volta – do texto marxiano, Quartim, contribui para dissolver o pseudoproblema com uma formulação muito simples e direta, quando, ao salientar a dificuldade de compreender a proposição de Marx, sustenta que

[p]arece óbvio que longe de se opor ao primeiro caminho, o segundo o pressupõe. O primeiro parte das representações da linguagem corrente para dissolver a representação em determinações abstratas. O segundo delas se serve para forjar as ferramentas analíticas que permitem reproduzir o “concreto no pensamento”. p. 45

Esse é justamente um dos pontos centrais da posição defendida no presente artigo. Todavia, não pelas mesmas razões apresentadas por Quartim, que atribui a Marx o erro de apresentar como dois caminhos o que consistiria em três momentos de um único processo – de formação da teoria econômica –, equívoco esse que teria gerado o caráter paradoxal da Introdução. De acordo com o autor, Marx não facilita a compreensão de seu argumento na medida em que qualifica como falso o primeiro caminho. Em sua opinião,

Marx segmenta artificialmente a história da formação da teoria econômica, apresentando como dois caminhos (um que termina, outro que começa nas “determinações abstratas”) os três momentos de um mesmo processo. (Quartim, *ibid.*)

Em virtude dessa interpretação, Quartim arrisca uma hipótese para explicar o que considera o “paradoxo dos dois caminhos”. Segundo ele, Marx não atribui aos primeiros economistas o erro em partir do primeiro caminho, mas às análises que partem

da representação obscura de um todo vivo *no século XIX*, quando os elementos simples, identificados pela análise, já tinham permitido que os sistemas econômicos se elevassem até o Estado... A grande tarefa teórica que devia ser levada adiante, na segunda metade do século XIX, era a crítica da economia política tal como tinha sido elaborada por Adam Smith no último terço do século XVIII e por David Ricardo e outros nas primeiras décadas do XIX. (*ibid.*:46)

Na verdade, se há algo que se pode qualificar de artificial, sem dúvida é a hipótese levantada por Quartim, que não encontra qualquer amparo direto ou indireto no original. Ao contrário do que ele propõe, o problema para Marx não consiste em que os primeiros economistas erraram por não terem feito o caminho de volta, por não terem totalizado a partir das relações e determinações descobertas. Na verdade, o problema é que não abandonaram a representação da totalidade da qual partiram, mantiveram as noções sobre a realidade imediatamente dada, agora acrescida das determinações descobertas e, por isso, estavam dispensadas de totalizar.

Em síntese, pretendemos ter ilustrado nessa seção a interpretação muito disseminada segundo a qual a “viagem de retorno” é marca distintiva e exclusiva do método de Marx, exceção feita à contribuição de Quartim, que, entretanto, é inconclusiva. Na próxima seção será mostrado que o equívoco dessas análises tem origem no fato delas se circunscreverem ao, digamos, problema do método, ao passo que a análise de Marx evidencia justamente que o problema é de caráter ontológico. O que se trata de provar na próxima seção.

2. Crítica Ontológica

A primeira coisa a se observar para a adequada interpretação do pensamento de Marx é a sua declaração categórica sobre a instauração dos sistemas econômicos. Como se viu acima, ele afirma que

[t]ão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os *sistemas econômicos*, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto. (Marx, 2011a:54. Grifos nossos)

Ora, se para Marx Economia assim procedeu, não resta dúvida de que para ele a Economia emprega o método cientificamente correto. Sendo assim, não tem fundamento declarar que o segundo método, a viagem de retorno, é o método de Marx.

Na verdade, Marx não poderia mesmo ter a ambição de ser o detentor do *copyright* do método cientificamente correto, pois a viagem de retorno nada mais é do que o processo de síntese, *i.e.*, de totalização, objetivo último do processo de análise de qualquer ciência.

A via descendente, para Marx, é a premissa indispensável da via ascendente. Afirmar que o último é o método cientificamente correto é dizer, creio, que a economia política como ciência só se instaura com as várias peças de conhecimento econômico formando um sistema [...]. (Kuruma, 1969)

De que adiantaria à ciência interromper o processo em seu momento analítico e, com isso, permanecer com um conjunto inarticulado de conceitos abstratos? Incapaz, por conseguinte, de produzir qualquer conhecimento sobre a realidade investigada, para além do fenomênico. Em suma, o significado fundamental da explanação de Marx pode ser assim expresso: toda ciência totaliza, forma uma figuração da realidade em questão, uma reprodução do concreto, resultado do processo de síntese. Faz a viagem de retorno com os elementos obtidos no processo de análise. Inaugura uma nova ontologia ou oferece argumentos científicos para ontologia(s) corrente(s). Por conseguinte, é possível assegurar que para ele o problema da ciência não é totalizar, mas de que maneira totaliza. E a partir de quais categorias.⁶

Questão a meu ver tratada por Marx (ainda que em comentário marginal) na seção sobre o fetichismo da mercadoria de *O Capital*:

A reflexão sobre as formas da vida humana, portanto, também sua análise científica, toma um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* e, por isso, com os resultados acabados do processo de desenvolvimento. As formas que designam os produtos do trabalho como mercadorias e que, desse modo, são pressupostas à circulação das mercadorias já possuem a fixidez das formas naturais da vida social antes que os homens procurem justificar para si mesmos, não o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, consideram como imutáveis –, mas o seu conteúdo. Assim, foi somente a análise dos preços das mercadorias que conduziu à determinação da grandeza de valor, e somente a expressão monetária conjunta das mercadorias que conduziu à fixação de seu caráter de valor. Porém, é justamente essa forma acabada – a formadinho – do mundo das mercadorias que oculta realmente, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais dos trabalhadores privados. [...]

Tais formas constituem... as categorias da Economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto, objetivas para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias. (Marx, 2011b:210-11)

A Economia burguesa, defende Marx, é forma de pensamento socialmente válida, objetiva para essas relações de produção, cujo conteúdo procura investigar. Significa dizer, consiste em uma totalização, em uma figuração, uma ontologia científica da sociedade capitalista. Parte da representação, como todas, dela se distancia e diferencia, mas no processo hipostasia essa forma de vida e, portanto, é a-histórica. Mas certamente se pergunta por sua estrutura e sua dinâmica – num tempo lógico, sem história, *i.e.*, sem mudanças substantivas.⁷ Parte da totalidade acabada, plenamente desenvolvida, ignora seu caráter histórico, procede analiticamente, e produz uma síntese ricamente articulada. Sem história.

Avaliação totalmente distinta faz Marx do que denomina de economia vulgar, precursora do neoclassicismo. No capítulo 48 do Livro III, de *O Capital*, intitulado A Fórmula Trinitária, assim a analisa:

⁶ Lukács (2011:312) recorda que o caminho de Marx do abstrato à totalidade concreta “não pode partir de uma abstração qualquer. [...] porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno poderia, uma vez transformado em ‘elemento’ por meio da abstração, ser tomado como ponto de partida; só que tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade.”

⁷ Sobre as temporalidades características do capitalismo – tempo abstrato e tempo histórico –, ver Postone (2003), em particular capítulo 8. Segundo o autor, “a dialética das duas dimensões do trabalho no capitalismo também pode ser entendida temporalmente, como uma dialética de duas formas de tempo. [...] a dialética do trabalho concreto e abstrato resulta em uma dinâmica intrínseca caracterizada por um peculiar *treadmill effect*.”

A economia vulgar nada mais faz... do que traduzir, sistematizar e apologizar doutrinariamente as ideias dos agentes presos nas relações de produção burguesas. Não nos deve surpreender... que a economia vulgar sinta-se... à vontade precisamente na forma de manifestação estranhada das relações econômicas, nas quais elas aparecem, *prima facie*, como contradições perfeitas e absurdas – e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente –, e que essas relações lhe pareçam tanto mais evidentes quanto mais nelas se oculta sua conexão interna, mas que são familiares para as ideias ordinárias. Por isso a economia vulgar não tem a mínima ideia de que a trindade da qual parte – terra-renda; capital-juros; trabalho-salário ou preço do trabalho – envolve três composições *prima facie* impossíveis. (Marx, 2017:768 – original alterado)

Por isso, é também natural que a economia vulgar, que nada mais é do que uma tradução didática, mais ou menos doutrinária, das ideias cotidianas dos agentes efetivos da produção, e que as organiza em certa ordem compreensível, encontre justamente nessa trindade em que está apagada toda conexão interna, a base natural e livre de toda dúvida de sua superficial pomposidade. (ibid., p.779 – original alterado)

Aqui Marx adverte que a economia vulgar parte da representação dos agentes cativos das relações da economia capitalista e, em lugar de progressivamente dela se diferenciar, faz precisamente o oposto: mantém a ontologia (figuração/totalização) gerada e necessitada imediatamente por tais relações e as sistematiza mediante o aparato científico e, feito isso, retorna aos agentes como forma de pensamento mais eficaz na prática imediata.⁸ Com a chancela da ciência.

Como indicado na apresentação, procurei mostrar, primeiro, que as usuais interpretações do “Método da Economia Política” contrariam diretamente o texto de Marx. Aliás, como o próprio título da seção indica, *O Método da Economia Política*, e não *O Método da Crítica da Economia Política*. Segundo, em consequência, que toda ciência totaliza. Totaliza (sintetiza) a economia vulgar; totaliza a economia política; e totaliza a crítica da economia política, *i.e.*, Marx. Tais totalizações constituem ontologias com força social.⁹ Oferecem aos sujeitos a imagem, referendada pelo prestígio da ciência, por meio da qual se situam em suas relações recíprocas e com o mundo natural.

Se toda ciência totaliza, significa o mundo para os sujeitos e, além disso, provê um aparato científico para gerenciá-lo, administrá-lo, *i.e.*, é eficaz na prática, então o embate teórico decisivo entre sistemas teóricos se dá no plano ontológico – ontologias em disputa, modos radicalmente distintos de conceber como é o mundo. Em outras palavras, crítica de fato, crítica substantiva, é crítica ontológica. Se, como vimos em Marx, a economia política é forma de pensamento válida e objetiva para a vida social sob o capital, se é ciência econômica a serviço da administração dessa sociedade, se expressa e reforça as noções ontológicas espontaneamente geradas, se com seu prestígio não só eleva as ideias correntes à figuração exclusiva da sociedade, mas também fornece as técnicas para reproduzi-la, então a crítica da economia política, como crítica substantiva, cria inteligibilidade da estrutura e da dinâmica da sociedade regida pelo capital radicalmente distinta, em primeiro lugar restituindo-lhe a historicidade e, em consequência, abrindo à prática humana a possibilidade de sua transformação. Contribui, enfim, para criar outra ontologia em que a humanidade não está condenada à infinita reprodução do mesmo ou a ser mero espectador da história como absoluta contingência.

Bibliografia

⁸ Cf. Duayer, 2006.

⁹ Sobre o poder social da ontologia, diz Lukács (2013:95): [...] independentemente do grau de consciência, todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade, não importando se o componente dominante é a vida cotidiana, a fé religiosa etc. Essas representações cumprem um papel muito influente na práxis social dos homens e com frequência se condensam num poder social...”.

- Basu, D. “The Structure and Content of Das Kapital”. Working Paper, Dept. of Economics, of Massachusetts (Amherst), 2017-12, p.6.
- Bhaskar, R. *Reclaiming Reality*. London: Verso, 1989.
- Callinicos, A. *The Revolutionary Ideas of Karl Marx*. Bookmarks: London, 2004.
- Carchedi, G. *Behind the Crisis: Marx’s Dialectics of Value and Knowledge*. Leiden: Brill, 2011.
- Duayer, M. “Anti-Realismo e Absolutas Crenças Relativas”. *Margem Esquerda*, 8, 2006, pp. 109-130.
- Duayer, M. “Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação”. *Margem Esquerda*, n. 24, 2015, pp. 87-110.
- Foley, D. *Understanding capital: Marx’s Economic Theory*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1986, p. 4.
- Kuruma, S. *Discussion of Marx’s Method*. Part 1. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kuruma/method-discussion1.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- Lukács, G. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- Lukács, G. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Marx, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- Marx, K. *O Capital*, LI. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- Marx, K. *O Capital*, LIII. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Netto, J.P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Postone, M. *Time, Labor, and Social Domination*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- Quartim de Moraes, J. “Las Abstracciones, entre la Ideología y la Ciencia”. *Representaciones*, Vol. XI, Nº 1 – Jul. 2015, pp 67-83.
- Quartim de Moraes, J. “As abstrações, entre a ideologia e a ciência”. *Crítica Marxista*, n.44, p.43-56, 2017.